

O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico.

André Ricardo de Souza

Como citar: SOUZA, André Ricardo de. O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.161-172. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1.p161-172>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PARTE III
POLÍTICAS PÚBLICAS, COOPERATIVISMO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico

André Ricardo de SOUZA¹

A economia solidária é essencialmente um movimento social que se pretende organizador de formas igualitárias e democráticas de produção, consumo, poupança e crédito. Tem como idéia básica a recuperação do chamado cooperativismo autêntico, iniciado na Europa do século XIX e que se orienta pelos princípios da autogestão. É constituído tanto pelas unidades de produção econômica, sejam elas cooperativas ou não, quanto por entidades e indivíduos que lhes dão apoio técnico, financeiro e, sobretudo, político. Surgiu como resposta ao elevado desemprego, que teve início nos anos de 1980 e se agravou na década seguinte. Além do Estado, com suas políticas, como frentes de trabalho e seguro-desemprego, a sociedade civil também se mobilizou contra o problema da falta de trabalho remunerado (SINGER, 1985). Nos anos de 1980, houve algumas iniciativas de formação de cooperativas populares, ou pequenos empreendimentos informais e solidários (SANTOS, 1982; RAZETO, 1993). Mas foi em meados da década de 1990 que o movimento de economia solidária se formou (SINGER; SOUZA, 2003).

Um marco nesse processo foi a criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a partir de um primeiro encontro nacional, ocorrido em 1994. Sua origem, na verdade, remete a 1991, quando os empregados de uma

¹ Pesquisador de pós-doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária.

fábrica de calçados da cidade paulista de Franca, chamada Makerli, decidiram assumir a direção da empresa, devido ao término de suas atividades, eliminando 482 postos de trabalho direto. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas local, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), eles buscaram o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para assumir aquele projeto. No contexto dos desdobramentos da Campanha contra a Fome e a Miséria, a Anteag recebeu um incentivo significativo do sociólogo Herbert de Souza, Betinho e seu Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase (NAKANO, 2003).

O apoio aos chamados empreendimentos econômicos solidários foi dado também, desde o início do movimento, por outras ONGs cariocas, que ajudaram a formar, em 1995, o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Estiveram envolvidos nessa empreitada o Centro de Ação de Comunitária (Cedac), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), o Centro de Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina) e a Federação dos Órgãos de Assistência Social - Fase (ARRUDA; QUINTELA, 2003; TIRIBA, 2003).

No âmbito da Igreja Católica, já no início da década de 1980, haviam sido formados pequenos empreendimentos solidários, chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Apoiados pela Cáritas Brasileira, esses grupos produtivos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária. Na cidade gaúcha de Santa Maria, o Projeto Esperança/Cooperança abrange mais de 220 grupos de produtores (de maioria rural), envolvendo cerca de 4 mil pessoas. Eles vêm realizando, desde 1993, uma feira que já se tornou referência internacional do movimento de economia solidária (GAIGER, 2003; BERTUCCI; SILVA, 2003; SOUZA, 2006; SARRIA; FREITAS, 2006).

Em 1997, a Rede Inteuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), fundada no ano anterior, constituiu seu Grupo de Trabalho (GT) de Economia Solidária, convidando para coordená-lo os professores Candido Vieitez (Universidade Estadual Paulista - Unesp), Newton Briand (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Paul Singer (Universidade de São Paulo - USP). Tal grupo impulsionaria pesquisas

sobre essa temática e também a criação, em 1998, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), com as primeiras unidades formadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na USP (GUIMARÃES, 2003; SINGER; SOUZA, 2003). Tal rede conta com o fundamental apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

A economia solidária também se desenvolveu a partir do apoio do movimento sindical, ligado à CUT. Em 1998, a Central passou a aprofundar o debate a respeito de cooperativas e autogestão. Com o apoio da Unitrabalho, do Dieese e da holandesa Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), ela instituiu, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003). No mesmo ano, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) firmou uma parceria com a Rede de ITCPs e a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo (Sert). O chamado Programa Integrar-Cooperativas foi executado pelas ITCPs da UFRJ, USP, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Fundação Santo André - FSA (CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 210-219).

Os clubes de troca são organizações coletivas de consumo e crédito mútuo, através do uso de uma moeda *social* e própria. Constituem outra faceta do movimento de economia solidária. Existentes há duas décadas em países da Europa e da América do Norte, eles começaram a se formar na América Latina em 1995, a partir de uma experiência na cidade argentina de Bernal, província de Buenos Aires. Chegaram ao Brasil, especificamente em São Paulo, em 1998, e logo se espalharam nacionalmente. Junto com as unidades de outros países eles compõem a Rede Global de Trocas (CASTRO et al., 2003).

Também em São Paulo, uma ONG pioneira nesse movimento, chamada Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária (Napes), identificou e colaborou com a Cáritas Paulista para articular pequenos empreendimentos solidários. O Napes se juntou aos clubes de troca, à ITCP-USP e demais entidades para formar, em 1999, o Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo. Tal mobilização seria fundamental, posteriormente, para o início do trabalho da prefeitura paulistana nessa área.

As primeiras políticas públicas de economia solidária começaram em três grandes cidades, à época governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT): Porto Alegre, Belém e Santo André, na região do ABC paulista. Na capital gaúcha, em 1996, durante a gestão municipal de Tarso Genro, foi formada a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, a primeira voltada para o microcrédito e chamada de *banco do povo*, formada com o apoio do poder público (BARCELLOS; BELTRÃO, 2003). Em Belém do Pará, o então petista e gestor Edmilson Rodrigues começou, em 1997, um trabalho de apoio aos chamados *empreendedores populares*, concedendo-lhes espaços públicos privilegiados para a comercialização de seus produtos. Também estimulou a formação de cooperativas. E, em Santo André, no mesmo ano, o falecido prefeito Celso Daniel iniciou o processo de uma parceria com a fundação homônima para formar uma ITCP, além de oferecer apoio à criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo (CUNHA, 2002; GONZAGA, 2005).

Um grande impulso à economia solidária foi dado no Rio Grande do Sul, com o início do governo do também petista Olívio Dutra, em 1999. Foi criada a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), à qual coube implementar essa política específica. Aquele órgão estadual estabeleceu intercâmbios internacionais, sobretudo com a Secretaria de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Coesão Social francês, que funcionou durante o governo do primeiro ministro Lionel Jospin (1997-2002). Tal relação foi bastante debatida no I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, 2001. Além de apoiar as feiras estaduais de economia solidária, sobretudo as do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria, a SEDAÍ estabeleceu importantes parcerias com a Anteg e com a ADS-CUT.

Em São Paulo, devido à mobilização do Fórum local de economia solidária, a prefeita Marta Suplicy, eleita em 2000, assumiu um compromisso com o movimento. Criou no ano seguinte a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), designando o economista da Unicamp, Marcio Pochmman, para chefiá-la. O recém-empossado secretário procurou Paul Singer e este, devido à minha liderança naquele Fórum, indicou-me para assumir um cargo na incipiente Secretaria. A proposta de Singer, do movimento e obviamente minha era criar um Conselho Municipal de economia solidária, o que foi vetado pela prefeita. Sem poder formar o

Conselho e sem recursos, a curto prazo, para começar um programa, pedi demissão do cargo, passando a colaborar com a ITCP e o nascente Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da USP. A saída da prefeitura me permitiu elaborar um projeto de doutorado, também sobre economia solidária. Alguns meses depois, no âmbito daquela secretaria, foi formado o Programa Oportunidade Solidária, que a despeito da inexistência de um conselho interlocutor, levou adiante o trabalho com o movimento.

Também durante o FSM de 2001, ocorreu a articulação de entidades e redes nacionais, constituindo o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro). O grupo foi formado com 12 integrantes: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); PACS; Fase; Anteag; Ibase; Cáritas Brasileira; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST-Concrab), Rede de ITCPs, ADS-CUT, Unitrabalho, Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred) e alguns gestores públicos que vieram depois a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, abriu novos e promissores horizontes para a economia solidária. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se articular, procurando abranger todos os Estados brasileiros. Organizou-se em dezembro daquele ano, em São Paulo, a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES). Naquele encontro foi aprovada uma carta ao presidente eleito, que apresentava as diretrizes gerais do movimento e reivindicava a criação de um órgão para se dedicar a essa política específica. Tal carta, intitulada *Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento*, havia sido redigida pelo GT-Brasileiro.

No mês e ano seguintes, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para ser coordenada por Paul Singer. Também em janeiro, durante o III FSM de Porto Alegre, aconteceu a II PNES, em que foi traçado o caminho para constituir a instância nacional de representação do movimento de economia solidária. Além de definir uma agenda de mobilização, o evento serviu para tornar o GT-Brasileiro conhecido e politicamente legitimado. A partir de fóruns, bem como grupos locais e regionais, houve reuniões preparatórias em 17 Estados do país, em que

peças foram delegadas para participar, em junho de 2003, em Brasília, da III PNEs. Nesse encontro, que contou com a presença de mais de 900 pessoas, foram aprovados documentos importantes do movimento e instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que dialogaria com a Senaes, então já instalada.

A criação do FBES desencadeou um processo de organização similar em âmbito estadual, de modo a permitir que em três anos fossem formados fóruns de economia solidária nas 27 unidades da Federação. O primeiro grande trabalho do FBES foi organizar um Encontro Nacional de Empreendedores de Economia Solidária. Ocorrido em agosto de 2004, tal evento reuniu mais de 2.500 pessoas, também em Brasília. O movimento abraçou como suas bandeiras o incentivo ao consumo, produção e crédito associados, ao uso de moeda social e ao chamado comércio justo e solidário, além da reivindicação por uma nova lei geral do cooperativismo, que atinja a controvertida questão das cooperativas de trabalho, sendo muitas delas atualmente chamadas de *cooperfraudes*.

O FBES é composto por 3 segmentos distintos: os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e assessoria e os membros de órgãos públicos, sendo estes organizados numa rede, desde 2001. De sua Coordenação Nacional fazem parte 16 entidades e redes nacionais, bem como 3 representantes de cada Estado, sendo 2 trabalhadores de empreendimentos e 1 integrante de entidade de apoio ou da rede de gestores públicos. Há também uma Coordenação Executiva composta segundo critérios semelhantes. Além das entidades que formavam o GT-Brasileiro, fazem parte dessas instâncias nacionais do FBES: a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS).

Em 2006, ocorreram encontros estaduais em que foram designados delegados para outro importante evento nacional do movimento. No mês de junho, mais uma vez em Brasília, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Esse evento serviu basicamente para definir os parâmetros de escolha de pessoas para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Instituído pelo governo federal e oficialmente responsável pela interlocução do movimento com as instâncias públicas

nacionais, o CNES é composto por 56 membros, sendo 26 representantes de órgãos do governo, 20 de empreendimentos solidários e 17 de entidades de apoio e assessoria.

O III FSM de 2001 marcou também o início de um processo de integração latino-americana, em termos de economia solidária. A 5ª edição do evento - ocorrida em janeiro de 2005 também em Porto Alegre - intensificaria esse processo, não só através de seminários e oficinas, mas também da comercialização de produtos oriundos de empreendimentos solidários. A Feira de Santa Maria, em julho do mesmo ano, daria prosseguimento a esse intercâmbio, que culminou na criação da Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (Ripess), uma articulação temática que abrange os demais continentes.

Além de colaborar com os intercâmbios internacionais, a Senaes vem desenvolvendo sua política pública específica no país em parceria, sobretudo, com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não por acaso, seu principal programa se chama *Economia Solidária em Desenvolvimento*. Contando com recursos do orçamento do próprio MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS-MDS), a Senaes apóia diretamente empreendimentos econômicos solidários e seus eventos, como reuniões e feiras.

Para aprofundar o conhecimento e demarcar sua área de atuação, a Senaes realizou, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o FBES, um mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários existentes. Tal levantamento, feito entre 2004 e 2005, compôs o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Mapeados 41% dos municípios brasileiros por aproximadamente 700 pesquisadores de campo, engajados em 27 comissões estaduais, verificou-se que a grande maioria dos 14.954 empreendimentos analisados se enquadra naquilo que a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) designa como *trabalho por conta própria informal*. Ou seja, estavam distribuídos em 87% de associações e grupos informais, sendo o restante 11% de cooperativas e 2% de outros modos de organização formal (micro-empresa e associações coletivamente geridas). Em termos do tipo

de atividade econômica, a predominância é da agropecuária, com 64%, estando as atividades urbanas (serviços, alimentação, têxtil e artesanato) em segundo plano, com 36%.

Se em 1999 eram estimados 100 mil trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos (SINGER; SOUZA, 2003), em 2006 constatou-se o engajamento de 1.251.885 pessoas. Ou seja, em sete anos houve um crescimento de aproximadamente 1.250%. Desse total de trabalhadores, apenas 25.738 (cerca de 2%) não eram associados, mas sim empregados. Por último, um dado revela o elevado grau de precariedade, ainda, da maioria desses empreendimentos: 72% propiciam renda de até um salário mínimo (SM), 18% entre um e dois SMs e apenas 10% acima de dois SMs (SENAES, 2006).

Além do programa básico de desenvolvimento econômico e do sistema nacional de informações, a Senaes participa com o MDS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Universidade de Brasília (UnB) da condução do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Tal projeto, iniciado em 2006, envolve mais de 500 agentes comunitários, que procuram articular medidas de órgãos e instâncias governamentais diversos para apoiar empreendimentos solidários em todas as unidades federativas do país. Mais recentemente, a Senaes vem se empenhando para formar centros públicos locais de economia solidária.

A economia solidária tem sido praticada como política específica em órgãos públicos municipais e estaduais, alguns deles em parceria com a Senaes (MEDEIROS; SCHWENGBER; SCHIOCHET, 2006). Está na agenda de outros governos de países latino-americanos (sobretudo Venezuela e Argentina) e tem sido foco de debates nos de outros continentes, com destaque para França, Itália, Espanha e Canadá (LAVILLE et al., 2005).

Além de movimento social e política pública, a economia solidária também se tornou um segmento interdisciplinar do conhecimento científico. Entre 2000 e 2006, foram produzidas a seu respeito 134 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado, conforme um levantamento feito no Banco de Teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Alguns desses trabalhos já foram publicados, dentre os quais cito as teses de doutorado em sociologia e ciência política, ambas defendidas no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), respectivamente, por Fernanda Alcântara (2005) e João Pinto (2006). Muitos

artigos sobre essa temática também vêm sendo publicados em periódicos científicos. Entre os livros publicados, sete deles parecem ter maior destaque: *A economia solidária no Brasil* (SINGER; SOUZA, 2003); *Introdução à economia solidária* (SINGER, 2002); *A outra economia* (CATTANI, 2003); *Uma outra economia é possível* (SOUZA, 2003); *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil* (GAIGER, 2004); *Economia solidária: uma abordagem internacional* (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004); e *Economia solidária e autogestão* (CANDEIAS et al., 2005).

A economia solidária já é tema de disciplinas de cursos de pós-graduação, em diversas universidades brasileiras. Uma delas, ministrada por Paul Singer na Faculdade de Economia da USP, entre 1999 e 2002, gerou os trabalhos que compõem a coletânea *Uma outra economia é possível* (SOUZA, 2003). A partir de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos promovidos pelo Nesol-USP e pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec-UFRJ), foram editados os livros *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais* (MELLO, 2005) e *Tecnologia, desenvolvimento social e solidário* (LIANZA; ADDOR, 2005).

Tradicional reuniões científicas têm aberto espaços para a apresentação de trabalhos e o debate sobre economia solidária. No encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) de 2004, ela foi tema de uma mesa-redonda e, no de 2006, de uma sessão do GT sobre sociologia econômica. Nos 3 últimos congressos realizados pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), entre 2003 e 2007, sessões de GTs foram dedicadas a essa temática.

Congressos, encontros, seminários e colóquios vêm sendo organizados nos últimos anos para tratar preferencialmente da economia solidária. Em 2003, aconteceram as primeiras edições do Colóquio Internacional da Cátedra Unesco - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Encontro Internacional de Economia Solidária, promovido pelo Nesol-USP. O Colóquio ocorreria de novo em 2005 e o Encontro mais 4 vezes, entre 2004 e 2007. O Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social aconteceu pela primeira vez em 2004, sendo promovido pelo SOLTEC-UFRJ nos três anos posteriores também. Outro evento semelhante é o Seminário Acadêmico Internacional, promovido pelo Comitê Acadêmico sobre Processos Cooperativos e Iniciativas

Econômicas Associativas (PROCOAS) da Associação de Universidades Grupo de Montevideu. Esse evento foi realizado quatro vezes, entre 2005 e 2008, respectivamente, na Universidade Federal de São Carlos (Brasil), na Universidade Nacional de Rosário (Argentina), na Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (Brasil), e na Universidade Nacional do Litoral (Argentina). Do 3º Procoas decorre esta publicação.

Esses eventos acadêmicos internacionais são organizados e contam com a participação de investigadores de diversas áreas do conhecimento científico. Os pesquisadores de economia solidária também vêm se organizando no âmbito de redes e associações específicas. Em 1996, se formou na Europa, sobretudo na França, a Rede de Pesquisa sobre a Emergência de Empresas Sociais (EMES). Na América Latina, existente desde 2003, a Rede de Investigadores Latino-americanos sobre Economia Social e Solidária (Riless) congregava, até dois anos atrás, mais de 90 pesquisadores, de 14 países do continente (SOUZA, 2005). Essa entidade acaba de criar um periódico científico chamado *A outra economia*. E, no Brasil, além da Unitrabalho, foi fundada em 2005 a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES).

A ABPES conta com pesquisadores, não só de instituições acadêmicas, mas também de órgãos públicos (Ministério do Trabalho e Fundacentro) e ONGs: Cáritas Brasileira, FASE e Capina. Entre os associados que são professores universitários, alguns trabalham em instituições grandes, como USP, UFSCar e outras universidades federais: Fluminense (UFF), da Paraíba (UFPB) e de Lavras (UFLA). Em julho de 2008, somamos 38 membros, sendo 20 mestres e 14 doutores, de áreas diversas. Em termos de distribuição geográfica, as pessoas vivem e trabalham em 10 unidades federativas do país e também no exterior, sendo 22 no Sudeste, 5 no Sul, 4 no Centro-Oeste, 3 no Nordeste, 3 no Norte e 1 na Bélgica. Essa associação e as demais redes de pesquisadores vêm procurando promover intercâmbios e estreitar laços.

O ideal da autogestão é, a um só tempo, cerne e motor da proposta de economia solidária. Em meio a contradições, erros e acertos, ele orienta um movimento social, nacionalmente organizado; uma política pública, praticada em diferentes instâncias e órgãos de governo e, também, uma vertente científica, interdisciplinar, que não se acanha de ser socialmente engajada.

Referências

- ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. *Economia solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.
- ARRUDA, M.; QUINTELA, S.. Economia a partir do coração. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BARCELLOS, J. A.; BELTRÃO, R. E. V.. Instituição Comunitária de Crédito Portosol: construindo uma economia solidária. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A.. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- CANDEIAS, C. N. B.; MACDONALD, J. B.; MELO NETO, J. F. (Orgs.). *Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: Edufal, 2005.
- CASTRO, C. H.; PASCALI, M. J.; PRIMAVERA, H.; WHITAKER, S. O Clube de Trocas de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CATTANI, A. D. (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CRUZ-MOREIRA, J. R. Cooperativas populares de confecção do Estado de São Paulo. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CUNHA, G. C. Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso da Incubadora de Cooperativas de Santo André. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003
- _____. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004
- GONZAGA, Q. *Contribuições educacionais geradas por uma política pública de economia solidária: a incubadora de cooperativas de Santo André*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2005. Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUIMARÃES, G.. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LAVILLE, J.; FRANÇA FILHO, G. C. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004
- _____; MAGNEN, J.; FRANÇA FILHO, G.; MEDEIROS, A. (Orgs.). *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*. Toulouse : Érès, 2005.

LIANZA, S. ; ADDOR, F. *Tecnologia, desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A.; SCHIOCHET, V. (Orgs.). *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: Editora da UFPE, 2006.

MELLO, S. L. (Org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL/ITCP-USP, 2005.

NAKANO, M. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, J. R. L. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, J. B. P. *Uma saída para o desemprego: comunidade de trabalho na cidade ou no campo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SARRIA ICAZA, A. M.; FREITAS, M. (Orgs.). *O Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Atlas da economia solidária no Brasil - 2005*. Brasília, DF: TEM; Senaes, 2006.

SINGER, P. A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.11, jan., pp. 10-16, 1985.

_____. ; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A articulação latino-americana em torno da economia solidária. COLÓQUIO INTERNACIONAL CÁTEDRA UNESCO/UNISINOS, 2, 2005, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2005

_____. *Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2006.

TIRIBA, L. A economia popular no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.